

idp

v. 5 n. 4

177

DEBATES EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

WORKING PAPER

**O DIAGNÓSTICO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO
DAS FAMÍLIAS CONTEMPLADAS COM A
IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS
HABITACIONAIS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE
MACAPÁ-AP**

Patrícia Lima Ferraz
Pedro Luiz Costa Cavalcante

O DIAGNÓSTICO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS FAMÍLIAS CONTEMPLADAS COM A IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS HABITACIONAIS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE MACAPÁ-AP

Patrícia Lima Ferraz¹

Pedro Luiz Costa Cavalcante²

¹ Mestre em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP – Brasil. E-mail: patricialimaferraz@gmail.com.

² Doutor em Ciência Política (UnB) com pós doutorado da School of International and Public Affairs (SIPA) da Columbia University e Estágio de Doutorado (University of California – San Diego (UCSD)).

IDP

O IDP é um centro de excelência no ensino, na pesquisa e na extensão nas áreas da Administração Pública, Direito e Economia. O Instituto tem como um de seus objetivos centrais a profusão e difusão do conhecimento de assuntos estratégicos nas áreas em que atua, constituindo-se um *think tank* independente que visa contribuir para as transformações sociais, políticas e econômicas do Brasil.

DIREÇÃO E COORDENAÇÃO

Diretor Geral

Francisco Schertel

Coordenador do Mestrado Profissional em Administração Pública

Caio Resende

CONSELHO EDITORIAL

Coordenação

Paulo Castro

Renan Holtermann

Milton Mendonça

Supervisão e Revisão

Emmanuel Brasil

Débora Dossiatti

Apoio Técnico

Igor Silva

Projeto gráfico e diagramação

Juliana Vasconcelos

DEBATES EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Revista Técnica voltada à divulgação de resultados preliminares de estudos e pesquisas aplicados em desenvolvimento por professores, pesquisadores e estudantes de pós-graduação com o objetivo de estimular a produção e a discussão de conhecimentos técnicos relevantes na área de Administração Pública.

Convidamos a comunidade acadêmica e profissional a enviar comentários e críticas aos autores, visando o aprimoramento dos trabalhos para futura publicação. Por seu propósito se concentrar na recepção de comentários e críticas, a Revista Debates em Administração Pública não possui ISSN e não fere o ineditismo dos trabalhos divulgados.

As publicações da Revista estão disponíveis para acesso e download gratuito no formato PDF. Acesse: www.idp.edu.br

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do IDP. **Qualquer citação** aos trabalhos da Revista só é permitida mediante autorização expressa do(s) autor(es).

SUMÁRIO

1. Introdução • • • • •	7
2. Referencial Teórico • • • • •	10
2.1 Direito E Política De Habitação • • • • •	10
2.2 Avaliação De Políticas Públicas • • • • •	14
3. A Metodologia • • • • •	16
3.1 A Modelagem Da Pesquisa • • • • •	16
3.2 O Experimento Ideal E O Pmcmv • • • • •	17
3.3 Tipo De Pesquisa • • • • •	18
4. Resultados e Discussão • • • • •	20
4.1 Residencial Mucajá • • • • •	20
4.2 Residencial Jardim Açucena • • • • •	22
4.3 Residencial Mestre Oscar • • • • •	24
4.4 Residencial São José • • • • •	25
5. Conclusão • • • • •	28
6. Referências • • • • •	29

Resumo:

RESUMO: O estudo analisa o perfil socioeconômico e as necessidades das famílias residentes em quatro empreendimentos habitacionais em Macapá, estado do Amapá, região norte do Brasil, sob a gestão da Prefeitura Municipal, sendo eles: Residencial Mucajá inaugurado em 2011, Residencial Mestre Oscar Santos 2013, conjunto habitacional São José 2016 e conjunto habitacional Jardim Açucena 2018. Estes foram estabelecidos pela Prefeitura Municipal para atender à população de baixa renda, visando reduzir o déficit habitacional e melhorar a qualidade de vida dos contemplados. A metodologia empregada segue o experimento ideal, buscando aproximar-se da realidade através de atribuição aleatória na pesquisa para maior confiabilidade. Essa pesquisa possui o caráter socioeconômico, utilizando dados padronizados, fontes documentais, entrevistas e observações para compreender a vida das pessoas nestes projetos habitacionais. Conclui-se que realocar as pessoas não é suficiente; é essencial entender suas origens, costumes e cultura para construir um ambiente habitacional completo, incluindo infraestrutura de deslocamento, saneamento, acesso a serviços básicos e segurança. O estudo questiona se a implementação dos projetos habitacionais resultou em melhorias significativas na qualidade de vida da população atendida, destacando a importância de criar um ambiente de convívio agradável e duradouro.

Palavras-Chave: Política de habitação; Minha Casa, Minha Vida; Macapá-AP.

Abstract:

ASBSTRACT: The study analyzes the socioeconomic profile and needs of families living in four housing developments in Macapá, of the state of Amapá, in the northern region of Brazil, under the management of the City Hall: Residencial Mucajá inaugurated in 2011, Residencial Mestre Oscar Santos 2013, São José housing complex 2016 and Jardim Açucena housing complex 2018. The City Council established these to serve the low-income population, aiming to reduce the housing deficit and improve quality of life. The methodology employed follows the ideal experiment, seeking to get closer to reality through random assignment in the survey for greater reliability. This research is socio-economic in nature, using standardized data, documentary sources, interviews and observations to understand people's lives in these housing projects. It concludes that simply relocating people is not enough; it is essential to understand their origins, customs and culture to build a complete housing environment, including commuting infrastructure,

sanitation, access to basic services and security. The study questions whether the implementation of housing projects has resulted in significant improvements in the quality of life of the population served, highlighting the importance of creating a pleasant and lasting living environment.

Keywords: Housing policy; My home, my life; Macapá-AP.

1. INTRODUÇÃO

O Déficit Habitacional é um indicador utilizado na gestão e planejamento de políticas públicas voltadas à necessidade de moradias. Orienta os gestores públicos vinculados à política habitacional na configuração de programas capazes de atender as demandas existentes. No caso específico da União, o uso deste indicador ocorre pela atuação da Fundação João Pinheiro, bem como pelo Ministério das Cidades. A partir da década de 1990, a FJP desenvolveu uma metodologia baseada nos dados obtidos a partir da Pesquisa por Amostra de Domicílios (PNAD), como forma de calcular o déficit habitacional, levando em conta a inadequação domiciliar. Duas características são tomadas nessa metodologia: o déficit habitacional em si que se subdivide em incremento, reposição de estoque e a inadequação dos domicílios. O déficit trata da necessidade de construção de novas moradias ou residências, quando falamos em incremento de estoque, estamos medindo os domicílios improvisados, decorrentes de coabitação forçada, de situações em que a família reside em imóvel locado com ônus excessivo que comprometa acima de 30% do total da renda familiar, e do excessivo adensamento em imóveis locados (FURTADO; LIMA NETO; KRAUSE, 2013) e a reposição de estoque trata de domicílios rústicos e com depreciação superior a 50 anos. Já os domicílios com inadequação são aqueles que apresentam alguma inconformidade.

Em 2009 o Governo Federal, através do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal, criou o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em união com municípios e estados, com a finalidade de auxiliar pessoas de baixa renda a possuírem sua residência. Entretanto, os beneficiários devem atender a algumas condições e se enquadrar em alguma faixa da renda mensal, todas essas regras encontram-se no site do Governo Federal para consulta pública. Para famílias residentes em área urbana, faixa 1, renda mensal de até R\$ 2.640,00; faixa 2, renda mensal acima de R\$ 2.640,01 a R\$ 4 mil reais e faixa 3: renda mensal acima de R\$ 4.000,01 a R\$ 8 mil reais. Nas novas regras para o PMCMV, Portaria n.º 1.248, de 26 de setembro de 2023, que define a participação financeira de beneficiários,

subvenção e quitação das operações contratadas com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial e do Fundo de Desenvolvimento Social, e das operações contratadas do Programa Nacional de Habitação Rural, os beneficiários da faixa 1, que recebam Benefício de Prestação Continuada do Governo Federal (BPC) ou participem do Bolsa Família serão isentos do pagamento das prestações mensais.

Compete ao ente público o cadastro habitacional a depender da linha de atendimento e da indicação de famílias candidatas ao benefício. Dessa forma, deverá o Município, Estado e Distrito Federal estabelecer ou incluir critérios e prioridades considerados adequados à cobertura de situações de vulnerabilidade social e econômica, a fim de que as pessoas sejam selecionadas e contempladas com o PMCMV, observando os critérios já estabelecidos pelo Ministério das Cidades.

O Minha Casa Minha Vida foi custeado por várias fontes e, quando o dinheiro na operação envolver orçamento da União, recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, do Fundo de Desenvolvimento Social ou do Fundo de Arrendamento Social, haverá prioridades, quais sejam: que tenham a mulher como responsável pela unidade familiar; pessoas portadoras de necessidades especiais, conforme o disposto na Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), inclusive aquelas com transtorno do espectro autista, conforme a Lei n.º 12.764, de 27 de dezembro de 2012, devendo os imóveis destinados a essas pessoas serem adaptados à deficiência apresentada; pessoas idosas, conforme o disposto na Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), devendo os imóveis destinados a essas pessoas serem adaptados às suas condições físicas; crianças ou adolescentes, conforme o disposto na Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); pessoas com câncer ou doença rara crônica e degenerativa; em situação de vulnerabilidade ou risco social, conforme a Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social); que tenham perdido a moradia em razão de desastres naturais em localidade em que tenha sido decretada situação de emergência ou estado de calamidade pública; que tenham mulheres vítimas de

violência doméstica e familiar, conforme o disposto na Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha); residentes em área de risco; integrantes de povos tradicionais e quilombolas.

Dessa feita, ao analisar o perfil socioeconômico e as necessidades oriundas da implementação de programas residenciais à população vulnerável e de baixa renda no Município de Macapá, a partir de 2011, proporcionamos um debate sobre o modelo, sua eficiência, efeitos colaterais, contribuindo ao mesmo tempo com o conhecimento acadêmico, planejamento e avaliação de políticas públicas voltadas à garantia de moradia adequada como direito fundamental do ser humano.

A análise estatística foi feita a partir do perfil familiar, social e econômico e os dados foram obtidos nas instituições que lidam com essas políticas públicas tanto no município, estado e esfera federal. Os documentos produzidos serviram de apoio na avaliação do papel das intervenções políticas em Macapá. Pela característica dos estudos, os delineamentos dos procedimentos recorrem a métodos quantitativos e qualitativos para fins analíticos. Quanto à Modelagem, a Estratégia Empírica e o Banco de Dados, foram adotados os procedimentos descritos por Pacheco (2019) em sua dissertação Moradia, Localização e o Programa Habitacional "Minha Casa Minha Vida" no Município do Rio de Janeiro.

No que se refere à estratégia empírica, será seguida a Intenção de Tratar, que no inglês é chamada de Intention to Treat (ITT). Segundo Pacheco (2019), o tratamento se realiza:

Uma vez que se compara um grupo para o qual havia intenção de tratar (sorteados) com grupos para os quais não havia intenção de tratar (não sorteados). Seguindo Angrist e Pischke (2008), imagine uma política pública qualquer em que os indivíduos ou participam ou não participam dessa política, $C_i = 0, 1$. Seja Y_i um resultado de interesse, no caso a probabilidade de estar empregado no mercado de trabalho formal. A questão que se busca responder é se Y_i é afetado pela política. O ideal seria saber o que teria acontecido com alguém que recebeu a política se essa pessoa não tivesse recebido a política e comparar esses dois resultados. (PACHECO, 2019, p. 49).

As fontes de consulta de dados primários e oficiais foram encontradas em suas bases digitalizadas e arquivos físicos. Algumas delas são: Listas de inscritos(as) e sorteados(as) da

Prefeitura Municipal de Macapá, Lista de beneficiários(as) dos habitacionais obtida junto à Caixa Econômica Federal, o CADUNICO obtido junto ao Ministério do Desenvolvimento Social do Governo Federal e por fim, as consultas dos perfis com os próprios moradores das residências dos quatro Residenciais em estudo.

Por fim, este artigo está organizado em quatro capítulos além da introdução e conclusão. O primeiro apresenta o referencial teórico do contexto habitacional brasileiro especificamente na cidade de Macapá, estado do Amapá. O segundo aborda a metodologia de pesquisa baseada no experimento ideal. O terceiro trata de uma abordagem por questionário contendo perguntas sobre o quantitativo de moradores em cada residência e seu perfil. Sobre o perfil econômico procurou entender qual a situação no mercado de trabalho do responsável familiar, sua renda mensal, se utilizam do espaço do residencial para geração de renda, pretensão em abertura ou expansão do próprio negócio e necessidade de cursos profissionalizantes. No quesito social visou compreender o acesso, via CADÚNICO, a distribuição de renda através do recebimento ou não de benefícios, comparando todos os tipos e identificando qual ente necessita fortalecer sua política. Já na esfera dos projetos sociais existentes, pesquisou a participação dos moradores, suas expectativas, sugestões e o acesso a espaços públicos próximo do habitacional, além da existência de líderes para tomada de decisões.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Direito E Política De Habitação

O Déficit Habitacional somado ao conceito de moradias inadequadas compreende uma questão bastante relevante no Brasil. Longe de ser um problema social mais contemporâneo, vem ganhando dimensões vultosas, conforme é possível por observação direta, ser percebida no crescente número de pessoas em situação de rua, de espaços vulneráveis e estruturalmente inadequados para a moradia de muitos brasileiros. Historicamente o país viveu sucessões de planos e programas governamentais para mitigar

esse déficit e buscar garantir dignidade de se morar para quem precisa. Alguns mais impactantes nos indicadores, outros nem tanto.

Do ponto de vista do direito internacional, a garantia de moradia com qualidade também pode ser verificada na Declaração Universal dos Direitos do Homem. A Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948, sendo que o Brasil ratificou no mesmo ano sua adesão. No seu texto, encontra-se a moradia como um direito de todo ser humano, resguardando um padrão de vida adequada ao indivíduo e a sua família (D'AVILA, 2018).

O direito constitucional à moradia com qualidade está presente no capítulo dois, que trata dos direitos sociais na Constituição Federal do Brasil de 1988. A primeira referência no artigo 6º estabelece que são direitos sociais a moradia, juntamente com saúde, alimentação, trabalho, transporte, lazer, segurança, entre outros. No inciso IV, estabelece que a própria natureza do salário-mínimo, é de tal forma que seja capaz de atender aquilo que é preconizado como necessidades vitais básicas ao indivíduo e a sua família. É destacado no inciso IX, a promoção de programas estruturais de construção de moradias, assim como a melhoria das condições dessas habitações e do saneamento básico.

A vida rural foi cedendo lugar à vida urbana, com a população ocupando cada vez mais as sedes das cidades, o que passou a configurar o novo perfil habitacional do país. Fatores como a industrialização e modernização tecnológica respondem por esse fenômeno social, representado pela busca de melhor qualidade de vida. O processo de urbanização se deu de forma pouco organizada, e com características excludentes, favorecendo as classes sociais mais abastadas (BEZERRA; HELAL, 2023). Soma-se a esse fenômeno, o poder do mercado imobiliário, que consolida o afastamento das classes menos favorecidas ao acesso a essa modernidade e a essa qualidade de vida. A esses segmentos da sociedade restou a ocupação de regiões desprovidas ou mal equipadas com infraestrutura, com moradias de baixa qualidade, ocasionando um fenômeno recorrente de segregação de espaço, e respondendo pelo déficit habitacional. Por seu turno, o Estado brasileiro não conseguiu

assegurar o direito da população em relação ao acesso à moradia com qualidade, sendo muitas vezes responsável pelo acesso precário desses cidadãos à cidade (BEZERRA; HELAL, 2023).

No arcabouço infraconstitucional, é relevante destacar o Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/2001), que passa a estabelecer as condições necessárias ao atendimento do que se preconiza como função da cidade, buscando assegurar aos mais pobres uma distribuição mais justa do ônus, que historicamente decorreu nesse processo de urbanização desorganizado (BEZERRA; HELAL, 2023). A ausência de políticas públicas habitacionais mais eficientes ocasiona a segregação do espaço da cidade, o incremento populacional em áreas desprovidas de infraestrutura, desenhando núcleos de moradias informais, inseguras e irregulares do ponto de vista legal.

Sobre o déficit habitacional estimado, em 2019, para o Brasil, perfazia o montante de 5,876 milhões de domicílios, sendo que na área urbana esse número era de 5,044 milhões. A região Sudeste apresentava, em termos absolutos, os maiores números, 2,287 milhões de domicílios. Seguiu-se com o Nordeste, e após este, a região Norte com déficit de 719 mil domicílios. Já se tratando de números relativos, a região Norte ocupava o primeiro lugar, com 12,9% do estoque de domicílios particulares, ou permanentes ou improvisados. O norte do país também registrou maior índice de precariedade habitacional, 43,1 % do total. Ao se analisar as regiões metropolitanas, quanto aos domicílios, os maiores déficits estão Manaus com 15,5%, Macapá com 14,2% e a grande São Luís com 11,8% (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2021).

A década de 1990 representa um marco no crescimento da população na cidade de Macapá. Juntamente com este crescimento, surgem as desigualdades da ocupação do espaço diante da expansão do tecido urbano. Esses acontecimentos podem ser identificados como responsáveis pela criação de loteamentos e habitações sociais destinados à população de baixa renda. Assim, surgem os projetos de habitação social sob o comando do Governo Federal e da prefeitura da capital. Isso foi possível por conta da implementação do

Programa Minha Casa Minha Vida, para atender a população de menor poder aquisitivo, que residia em área urbana e garantir o acesso a dignidade em suas moradias com padrões envolvendo características de segurança, a habitabilidade e sustentabilidade (TOSTES; TAVARES, 2023).

Entre esses empreendimentos está o Residencial Mestre Oscar, inaugurado em 2011, executado a partir dos recursos do Programa Minha Casa Minha Vida, no bairro do Ipê, região norte da capital, com 528 unidades habitacionais, térreas, destinadas a moradias unifamiliares, com área de 37 m². O Residencial Mucajá, 2011 (TAVARES, 2022), construído pelo Governo Federal, englobado pelo PAC, em parceria com a Prefeitura de Macapá e tendo a Caixa Econômica Federal, como financiadora da obra, não previa subvenção econômica por parte dos beneficiários. Foram beneficiadas 592 famílias que vieram em sua maioria de áreas de risco. Também oriundo do PMCMV, o conjunto São José, 2016, é a maior construção habitacional realizada pela gestão municipal. Ocupa uma área de 77.567,37 m², possui 1440 unidades, mais de 70 blocos, cada qual com cinco pisos, e por andar quatro apartamentos, na zona sul, no bairro do Buritizal, em uma área de fácil acesso a comércio e instituições (TAVARES, 2022). O mais recente é o habitacional Jardim Açucena, 2018 (TOSTES; TAVARES, 2023), localizado na zona sul, bairro Nova Esperança, com cerca de 100.000 m², 1500 moradias, áreas específicas coletivas, como área de lazer, centro comunitário e espaço destinado a duas escolas.

Como consequência desse adensamento de novas unidades habitacionais, há um aumento na demanda por equipamentos sociais, infraestrutura e serviços públicos nos seus entornos. Essa demanda não se vê atendida pelo Poder Público na mesma proporção que surge (TAVARES, 2022). O grande desafio da gestão é enfrentar uma diversidade de deficiências diante das políticas públicas. Há de enfrentar o hiato existente, muitas vezes, entre a vontade política e a execução de programas mal elaborados ou daqueles que enfrentam ações políticas contrárias. Tais deficiências contribuem no comprometimento da eficiência da gestão, por conseguinte, na imagem que se projeta do serviço público. Posto

isso, a avaliação de políticas públicas procura analisar as ações executadas por uma variedade de atores institucionais e sociais no sentido aferir a qualidade do resultado e de como se projetará o futuro dessas ações.

2.2 Avaliação De Políticas Públicas

As políticas públicas, trata-se de um conjunto governamental de políticas organizadas em um conjunto de programas que sejam eficientes em função das necessidades reais, que possuem articulação das estruturas institucionais com objetivos de prover bens e serviços à sociedade. Essas ações devem possuir suporte financeiro. Assim, a avaliação desse esforço institucional e político deve ter como suporte um processo sistematizado, institucionalizado e contar com a sinergia integradora das estruturas de governo como mecanismo de apurar eficiência no uso dos recursos públicos, e por ser avaliativo, verificar necessidades de aperfeiçoamento da ação pública, buscando dessa forma, melhorar os processos e potencializar os resultados obtidos na gestão (BRASIL, 2018b).

Os usuários do serviço público são efetivamente os avaliadores mais importantes externos ao governo. Deles se espera a maior experiência diante do problema ou dificuldade enfrentada, cuja alternativa se mostra a partir de determinada política pública. Sendo assim, tornam-se os informantes mais efetivos do sucesso ou insucesso de determinada ação. Considera-se também o fato de que esses usuários são também eleitores, exercendo uma pressão sobre a gestão pública diante de possíveis sucessos e insucessos, o que causa impacto direto sobre decisões e comportamentos dos agentes políticos (WU *et al*, 2014).

Existe uma variedade de modelos avaliativos de políticas públicas, que devem ser escolhidos a partir dos atores que estão envolvidos nessas ações. É preciso considerar, o quanto de informação se encontra disponível no intuito de fortalecer o escopo de determinada política. Dentre essas avaliações, pode-se distingui-las entre administrativas e

políticas, sem que se esqueça as judiciais, que embora não envolvam num primeiro momento os gestores públicos, mas suas decisões, causam impacto e forte influência sobre o encaminhamento administrativo e político, ocorrendo às vezes permissões ou proibições de determinadas ações e programas (WU *et al*, 2014).

A avaliação com foco na implementação da política é uma percepção mais acurada sobre a transformação de insumos utilizados pelos programas de políticas públicas em resultados. Conhecida como avaliação de processos está voltada para uma engenharia reprodução das políticas. Por meio dela, é possível verificar a política pública executada conforme o desenho que fora estabelecido, se o produto foi entregue adequadamente e se o público eleito para tal política esteja sendo contemplado (BRASIL, 2018b).

A avaliação de governança trata da análise das estruturas de política pública:

[...]das funções, dos processos e das tradições organizacionais para garantir que as ações planejadas (políticas) sejam executadas de tal maneira que atinjam seus objetivos e resultados de forma transparente (BRASIL, 2018b, p. 32).

A avaliação de resultados é utilizada como resposta sobre as variáveis dos resultados e dos impactos dos programas que possam ser medidos, se estão sendo cumpridas as metas propostas na unidade de tempo e se estão alinhadas com os planejamentos anteriores de políticas macro setoriais. Os indicadores que são utilizados devem dar conta sobre as metas estabelecidas, considerando

[...] se foram indicadores com relevância (a relação entre o indicador e o objetivo da política), comparabilidade (se o indicador utiliza dados padronizados), periodicidade (se podem ser construídas séries históricas) e desagregabilidade (se podem ser extraídos do indicador microdados que podem ser tabulados conforme o que o avaliador deseja saber), ou se foram outros indicadores que podem ser incluídos no escopo do monitoramento da política pública (BRASIL, 2018b, p. 32).

A avaliação de impacto procura identificar junto aos beneficiários da política pública a qualificação atribuída a tal programa executado, recorrendo a formas variadas de se verificar de maneira mais abrangente os impactos proporcionados (BRASIL, 2018b).

A escolha por qual método se mostrará mais eficiente na análise na política pública implementada ou em vias de implementação, dependerá fortemente da importância atribuída a determinado programa, a facilidade no manuseio das ferramentas de cada

modelo avaliativo, assim como, a perspectiva de produção de resultados mais efetivos e confiáveis, procurando ao mesmo tempo fortalecer os mecanismos avaliativos tanto internamente ao governo, quanto diante dos agentes externos (WU *et al*, 2014).

Uma questão central deve ser levantada: como não aderir a uma formulação de políticas públicas essencialmente baseadas no princípio racional e na coleta de dados empíricos como forma de tomada de decisões? Há três aspectos que podem ser considerados a partir desse questionamento, sendo o primeiro relativo à atração pelos termos usados por conta de se demonstrarem vagos. Entretanto, quando se procura dar conteúdo a esses termos, surgem as diferenças nas abordagens originando questões sem resoluções. O segundo aspecto, relaciona-se ao fato de que políticas racionais não existem em um mundo real, utilizando-se, a partir disso, uma racionalidade abrangente, ou seja, uma racionalidade do tipo ideal, porém limitada. O terceiro aspecto diz do caráter prescritivo, no qual se utiliza uma racionalidade abrangente, partindo dos requisitos e condições que são necessários à investigação (CAIRNEY, 2017).

Dentro da perspectiva qualitativa envolvendo pesquisas e suas metodologias, a etnografia ainda se mostra tímida no uso avaliativo de políticas públicas. Prefere-se a produção de dados quantitativos aos qualitativos, tomando como base a preferência dos gestores públicos. Estes últimos, preferem uma possibilidade de se compreender o funcionamento das políticas públicas a partir da apreensão processual cotidiana, bem como, “atividades organizacionais e comportamentais, além das narrativas e práticas de seus agentes e do público aos quais são direcionados”. Estes métodos qualitativos servem tanto para auxiliar no momento da tomada de decisão, quanto para empreender uma crítica aos comportamentos e ações que influenciam a operacionalidade das gestões públicas (BACHTOLD; ROBERT, 2022, p. 251).

3. A METODOLOGIA

3.1 a Modelagem Da Pesquisa

A metodologia adotada é baseada no Experimento Ideal. Parte-se da premissa de que as aparências não coincidem imediatamente com o que seja o real. Dessa feita, busca-se uma maior aproximação com a realidade estudada usando atribuição aleatória na pesquisa como forma de torná-la mais confiável.

3.2 O Experimento Ideal E O Pmcmv

Com o intuito de aplicar a avaliação de impacto ideal em relação ao PMCMV, deve-se ater ao fato do indivíduo ser mutuário(a) do programa, e na “vida dos (as) beneficiários (as) se daria pela escolha aleatória, dentre todos (as) aqueles(as) elegíveis ao programa que possuem renda bruta familiar de até 3 salários-mínimos, de quem se tornaria mutuário(a) do programa” (PACHECO, 2019, p. 46). No plano ideal considera-se que:

Uma vez que a pessoa fosse sorteada ela não poderia escolher desistir da sua vaga nem haveria problemas de documentação ou com algum critério de elegibilidade que a impedisse de se tornar mutuária da nova residência. Além disso, a pessoa se mudaria e permaneceria na UH, pelo menos durante os anos até o momento da avaliação de impacto, bem como os outros membros da sua família. O grupo que não foi sorteado não seria beneficiado por nenhum outro programa habitacional no período, conservando suas características iniciais em relação à qualidade e localização da moradia. Se houvesse outros programas que impactam o resultado de interesse, os dois grupos deveriam participar desses programas em igual proporção. (PACHECO, 2019, p. 46).

Deveria haver informações socioeconômicas adequadas antes que se realizasse o sorteio para todos os inscritos, sendo que tais informações seriam com frequência acompanhadas, tanto em relação ao grupo que se tornou mutuário quanto aquele que não fora sorteado. Assim sendo, se será possível mensurar a média das variáveis que foram selecionadas para os que participam do programa, confrontando com aqueles que não participam, podendo assim, verificar o impacto do PMCMV (PACHECO, 2019, p. 46).

Entretanto, considerando-se a forma como o PMCMV foi implementado na cidade de Macapá, é possível se alcançar uma modelagem bem mais próxima do ideal, considerando-se o fato de que a escolha dos beneficiários se dar por procedimento aleatório, via sorteio (PACHECO, 2019, p. 46).

Em relação ao “Banco de Cadastro de Demandas”, da forma que ele é composto, apresenta um primeiro distanciamento do experimento ideal. Nele “os indivíduos devem se inscrever de forma voluntária, podendo fazê-lo por diversas razões que podem estar correlacionadas com as variáveis de interesse do estudo”. É preciso considerar que o fato de ser assim estabelecido não causa prejuízo a validade interna da análise, fato que não ocorre com a validade externa, posto que os resultados que serão obtidos são particularmente pertencentes aqueles que procuraram o programa (PACHECO, 2019, p.46).

Outro distanciamento ocorre, hipoteticamente, na impossibilidade de se saber efetivamente se o grupo que não foi sorteado teria participado ou não de qualquer outro programa habitacional. E, também, se os dois grupos não tiveram participação em outras políticas habitacionais públicas ou privadas. Essas ocorrências poderão alterar o valor das variáveis que interessam ao estudo. Pacheco (2019, p.48) afirma que:

[...] não será possível controlar e será feita a hipótese de que não houve outro programa habitacional para o grupo de controle e que, se existiram outros programas sociais que afetaram as variáveis de interesse eles foram de igual magnitude para o grupo sorteado e para o grupo não sorteado. Dessa forma, na média, a diferença entre os grupos se dá por conta do PMCMV (PACHECO, 2019, p.48).

Diante do exposto, está a dificuldade de se alcançar informações ou referências sobre aqueles que não foram sorteados. Deverá ser considerado o fato de que o “Banco de Cadastro de Demandas”, por conter informações sigilosas, poderá oferecer óbices ao seu acesso durante a pesquisa. Assim sendo, apresenta-se como alternativa, buscar essas informações no CADUNICO (PACHECO, 2019, p.49).

3.3 Tipo De Pesquisa

A pesquisa social, como todo processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico, objetiva fundamentalmente descobrir respostas aos problemas levantados a partir de procedimentos metodológicos. Portanto o caráter social da pesquisa busca encontrar um empreendimento sobre a realidade social, envolvendo os variados aspectos da vida do ser humano em sociedade (Gil, 2008, p. 26).

Considerando os objetivos da presente pesquisa, esta é classificada como descritiva³, posto que, procura descrever características de uma população determinada, assim como estabelecer relações entre as variáveis envolvidas. Recorreu, portanto, ao uso de técnicas de coleta de dados padronizadas. Há de se notar, que quando ocorre essa pretensão relacional, a pesquisa descritiva chega a se aproximar da explicativa. Gil afirma que:

As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. São também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos etc. Geralmente assumem a forma de levantamento [...] (GIL, 2002, p.42).

Ao se considerar os procedimentos técnicos que serão utilizados ao longo da pesquisa, com a finalidade de se alcançar um ponto de vista empírico, e dessa feita poder comparar com referenciais teóricos os dados obtidos de uma determinada realidade, faz-se necessário o uso de um modelo conceitual e operativo que dê sustentação à investigação. Assim dizendo:

O elemento mais importante para a identificação de um delineamento é o procedimento adotado para a coleta de dados. Assim, podem ser definidos dois grandes grupos de delineamentos: aqueles que se valem das chamadas fontes de "papel" e aqueles cujos dados são fornecidos por pessoas. No primeiro grupo, estão a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. No segundo, estão a pesquisa experimental, a pesquisa *ex-post facto*, o levantamento e o estudo de caso (Gil, 2002, p.43).

No caso da presente pesquisa, foram utilizadas as fontes documentais para Severino (2013, p. 108) documentação é toda forma de registro e sistematização de dados, informações, colocando-os em condições de análise por parte do pesquisador. Também presente à pesquisa do tipo Levantamento. Quanto à documentação, orienta Gil (2002, p.45):

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Nesse sentido, enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais

³ “Pesquisa descritiva: quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática” (PRODANOV, 2013, p.52).

que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 2002, p.45).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O déficit habitacional do estado do Amapá é abordado com o objetivo de proporcionar moradia digna e reduzir a carência habitacional no país. Apesar das intervenções de programas habitacionais, como o PAC e o PMCMV, dados do IBGE indicam que ainda há uma necessidade de novas moradias em Macapá, devido ao aumento da população de baixa renda e, conseqüentemente, da demanda por habitação social.

A análise do perfil econômico e social dos beneficiários visa compreender a situação no mercado de trabalho, a renda mensal, a possibilidade de geração de renda dentro das residências, a intenção de iniciar ou expandir negócios próprios e a necessidade de capacitação profissional. Além disso, a investigação do acesso aos benefícios públicos, por meio do CADÚNICO, e a participação em projetos sociais. A amostra da pesquisa foi composta no total por 3.260 moradores dos residenciais Mucajá, Mestre Oscar Santos, São José e Jardim Açucena. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário analisando o perfil familiar, social e econômico.

4.1 Residencial Mucajá

O levantamento socioeconômico no Residencial Mucajá, o qual possui 592 residências, foi feito com 536 moradores, totalizando 90,5%. As famílias foram identificadas através de informações da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Macapá (SEMAS) na Coordenadoria de Direito a Moradia (CDM). Os outros 9,5%, ou seja, 56 residências ou estavam abandonados ou não quiseram responder.

Quadro 1 – Perfil familiar Residencial Mucajá

Quantas pessoas moram na residência incluindo você?	27% - 4 moradores 20% - 3 moradores 16% - 2 moradores
---	---

	13% - 5 moradores 8% - 6 moradores 12% - mais de 6 moradores 4% - moradores que vivem sozinhos
Há crianças na sua casa, ou seja, morador de até 14 anos na residência	62% - sim 38% - não
Tem adolescente na sua casa?	62% - sim 38% - não
Tem idoso na sua casa?	90% - não 10% - sim
Tem pessoas portadoras de necessidades especiais na sua residência	4% - sim 96% - não

Fonte: Semas, 2021.

Quadro 2 – Perfil Social Residencial Mucajá

Você ou alguém da sua casa recebe ou recebeu benefício social municipal, estadual ou federal?	41% sim 59% não são contemplados por benefícios sociais
Caso a resposta seja afirmativa, qual benefício você recebe ou já recebeu?	87% - Bolsa família 6% - INSS e BPC 5% - renda para viver melhor 2% - cesta básica
Quais espaços públicos você tem acesso perto do Habitacional ou Residencial Mucajá?	70% - escola 61% - praça 81% - posto de saúde 14% - CRAS 13% - delegacia
Alguém da sua residência participa de projetos sociais no Residencial Mucajá	99% - não 1% - possui acesso

Fonte: Semas, 2021.

Quadro 3 – Perfil econômico dos moradores do residencial Mucajá

Situação no mercado de trabalho	38% desempregados 14% autônomos sem registro 12% carteira assinada 8% diaristas 7% são aposentados 7% autônomos com registro 6% funcionários públicos 4% pensionistas e trabalhadores sem carteira assinada
Renda mensal familiar dos moradores do residencial Mucajá?	67% menor que um salário-mínimo 29% 1 até 2 salários mínimos

	4% de 2 até 4 salários mínimos
Você exerce alguma atividade econômica no residencial Mucajá?	16% Sim associada a venda de produtos alimentícios, cosméticos e vestuários.
Você tem pretensão de abrir ou ampliar seu próprio negócio?	36% sim 64% não

Fonte: Semas, 2021.

4.2 Residencial Jardim Açucena

O levantamento no Residencial Jardim Açucena, no qual possui 1.500 apartamentos, foi realizado com o total de 1.116 moradores, ou seja, 74,4%.

Quadro 4 - Perfil familiar Residencial Jardim Açucena

Quantas pessoas moram na residência, incluindo você?	15% - moram sozinhos 21% - 2 pessoas 22% - 3 pessoas 18% - 4 pessoas 11% - 5 pessoas 7% - 6 pessoas 6% - mais de 6 pessoas
Há crianças na sua casa, abaixo de 14 anos?	44% - sim 56% - não
Tem adolescente na sua residência?	26% - sim 71% - não
Tem idoso na sua casa?	15% - sim 85% - não
Há pessoas portadoras de necessidades especiais na sua residência?	12% - sim 88% - não
No seu bloco há síndico ou líder?	32% - sim 68% - não

Fonte: Semas, 2021.

Quadro 5 - Perfil Social Residencial Jardim Açucena

Seu CADÚNICO está atualizado?	68% - sim 32% - não
Você ou alguém da sua família recebe benefício social, seja municipal, estadual ou federal?	34% - sim 66% - não
Caso a resposta seja afirmativa, qual benefício você recebe ou já recebeu?	66% - Bolsa Família 19% - INSS e BPC 6% - renda para viver melhor 7% - cesta básica 1% - vale gás

	1% - kit bebê
Quais os espaços ou serviços públicos você tem acesso perto do Habitacional Jardim Açucena?	62% - escola 60% - praça 73% - posto de saúde 15% - CRAS 30% - delegacia
Você ou alguém da sua residência participa de projetos sociais no residencial?	8% - sim 92% - não
Você tem interesse de participar de projetos sociais no residencial Jardim Açucena?	38% - sim 62% - não
Qual o tipo de projetos sociais você tem interesse de participar no residencial Jardim Açucena?	48% - futebol 22% - música 26% - balé infantil 22% - ginástica 13% - capoeira 16% - outros
Você tem interesse de participa de cursos profissionalizantes no residencial Jardim Açucena?	50% - sim 50% - não
Qual curso profissionalizantes você gostaria que fosse ofertado no residencial Jardim Açucena?	52% - informática 34% - culinária 30% - beleza 19% - artesanato 14% - outros

Fonte: Semas, 2021.

Quadro 6 - Perfil econômico dos moradores do residencial Jardim Açucena

Qual sua situação no mercado de trabalho?	23% desempregados 24% autônomos sem registro 15% carteira assinada 9% diaristas 9% são aposentados 3% autônomos com registro 4% funcionários públicos 9% pensionistas e trabalhadores sem carteira assinada
Qual a Renda mensal da família?	52% menor que um salário-mínimo 46% 1 até 2 salários mínimos 0,2% de 2 até 4 salários mínimos 0% - mais de 04 salários mínimos
Você exerce alguma atividade econômica no residencial?	13% sim 87% - não
Você tem pretensão de abrir ou ampliar seu Próprio Negócio?	23% sim 77% não

Fonte: Semas, 2021.

4.3 Residencial Mestre Oscar

A pesquisa foi feita com 394 moradores, totalizando 75%, os outros 25% não quiseram responder ou as residências encontravam-se fechadas ou abandonadas.

Quadro 7 - Perfil familiar Residencial Mestre Oscar

Quantas pessoas moram na sua residência?	5 % - moram sozinhas 9% - 2 pessoas 18% - 3 pessoas 20% - 4 pessoas 20% - 5 pessoas 7% - 6 pessoas 11% - mais de 6 pessoas
Tem crianças na sua casa?	62% - sim 38% - não
Tem adolescente na sua casa?	43% - sim 57% - não
Tem idoso na sua casa?	14% - sim 86% - não
Tem pessoas portadoras de necessidades especiais na sua casa?	8% - sim 92% - não

Fonte: Semas, 2021.

Quadro 8 - Perfil Social dos Moradores do Residencial Mestre Oscar

Você ou alguém da sua casa recebe ou recebeu benefício social do poder público?	38% - sim 62% - não
Caso a resposta seja afirmativa, qual benefício você recebe ou já recebeu?	86% - Bolsa família 9% - INSS e BPC 0% - renda para viver melhor 3% - cesta básica 1% - vale gás 1% - kit bebê
Quais espaços ou serviços públicos você tem acesso perto do Habitacional?	50% - escola 59% - praça 13% - posto de saúde 4% - CRAS 4% - delegacia
Alguém da sua residência participa de projetos sociais?	0% - sim 100 - não
Qual projeto social gostaria que fosse implantado no Habitacional?	1% - academia ao ar livre 53% - cesta básica 26% - creche 49% - posto de saúde 54% - posto policial

	50% - esportes/quadra 1% - praça
--	-------------------------------------

Fonte: Semas, 2021

Quadro 9 - Perfil econômico dos moradores do Residencial Mestre Oscar

Qual a sua situação no mercado de trabalho?	8% - aposentado 6% - autônomo com registro 15% - autônomo sem registro 33% - desempregado 10% - diarista 2% - funcionário público 2% - pensionista 12% - trabalhador com carteira assinada 12% - trabalhador sem carteira assinada
Renda mensal da família	61% - Menos de 1 salário mínimo 37% - 1 até 2 salários mínimos 2% - 2 a 4 salários mínimos 0% - mais de 04 salário mínimos
Você exerce alguma atividade econômica no residencial?	10% - sim 90% - não
Você tem pretensão de abrir ou ampliar seu próprio negócio?	25% - sim 75% - não

Fonte: Semas, 2021.

4.4 Residencial São José

Essa pesquisa foi feita com 1214 moradores, totalizando 84,31%, sendo que pouco mais de 155 não responderam ou estavam com as residências vazias ou abandonadas.

Quadro 10 - Perfil familiar dos moradores do Residencial São José

Quantas pessoas moram na residência, incluindo você?	11% - moram sozinhos 16% - 2 pessoas 19% - 3 pessoas 22% - 4 pessoas 16% - 5 pessoas 9% - 6 pessoas 7% - mais de 6 pessoas
Há crianças na sua casa, ou seja, morador até 14 anos de idade?	44% - sim 56% - não
Tem adolescente na sua casa?	27% - sim 73% - não
Tem idoso na sua casa?	21% - sim

	79% - não
Tem pessoas portadoras de necessidades especiais na sua casa?	13% - sim 87% não

Fonte: Semas, 2021.

Quadro 11 - Perfil social dos moradores do Residencial São José

Seu CAD ÚNICO está atualizado?	65% - sim 35% - não
No seu bloco ou quadra existe Síndico ou Líder?	66% - sim 34% - não
Você ou alguém da sua casa recebe benefício social municipal, estadual ou federal?	42% sim 58% não
Quais espaços públicos você tem acesso perto do habitacional?	90% - escola 91% - praça 97% - posto de saúde 36% - CRAS 87% - delegacia
Alguém da sua residência participa de projetos sociais?	10% - sim 90% - não
Você tem interesse de participar de projetos sociais no residencial São José?	51% - sim 49% - não
Qual projeto social você gostaria que fosse implantado no Habitacional?	29% - futebol 12% - música 14% - balé infantil 18% - ginástica 13% - capoeira 5% - outros
Você tem interesse de participar de cursos profissionalizantes no residencial São José?	56% - sim 44% não
Qual curso profissionalizante você gostaria que fosse ofertado no residencial Jardim Açucena?	35% - informática 16% - culinária 18% - beleza 12% - artesanato 5% - outros

Fonte: Semas, 2021.

Quadro 12 - Perfil social dos moradores do Residencial São José

Situação no mercado de trabalho dos chefes de família	7% - aposentado 3% - autônomo com registro 21% - autônomo sem registro 30% - desempregado 14% - diarista 3% - funcionário público 6% - pensionista 10% - trabalhador com carteira assinada
---	---

	6% - trabalhador sem carteira assinada
Renda mensal familiar	62% - menos de 1 salário mínimo 37% - 1 até 2 salários mínimos 1% - 2 a 4 salários mínimos 0% - mais de 04 salários mínimos
Você exerce alguma atividade econômica no residencial?	16% - sim 84% - não
Você tem pretensão de abrir ou ampliar o seu próprio negócio no residencial?	28% - sim 72% - não

Fonte: Semas, 2021.

Diante dos dados apresentados, constata-se que não é apenas entregar as chaves de uma residência, mas sim implementar ações nos habitacionais estudados e nos próximos que virão, visando promover a participação dos moradores tanto em projetos sociais, quanto em cursos profissionalizantes, inserção no mercado de trabalho, geração e distribuição de renda, efetivação dos direitos socioeconômico e assim a melhoria das condições de vida das pessoas. Adiciona-se a isto, a garantia de um empreendimento sustentável, e o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais dos moradores, de acordo com os eixos norteadores do trabalho social: mobilização, organização e fortalecimento social; acompanhamento e gestão social da intervenção; educação ambiental e patrimonial e desenvolvimento socioeconômico com saúde, educação, emprego, transporte, segurança, saneamento básico, coleta de lixo, lazer, dentre outros.

Após a análise em campo e escutas com moradores dos quatro habitacionais, e analisando seu perfil familiar, socioeconômico e a regularidade das residências, podemos identificar a insatisfação dos moradores com a estrutura coletiva e seu entorno e com os líderes e síndicos que possuem poder para tomada de decisões. As pessoas possuem acessos relativamente baixos a serviços de saúde, educação e lazer, falta intervenção do poder público em atividades sociais, econômicas, geração de emprego e política pública de distribuição de renda, pois a que se identifica é ineficaz para garantir a subsistência dessas famílias. Todas estas respostas são subsídios e contribuições para a implantação de agendas futuras que seja a construção de residências ou habitacionais mais completos, visando a

eficiência e o resultado positivo da política pública, além da implantação de equipamentos ao entorno dos habitacionais estudados como escolas, creches, praças, postos de saúde, CRAS e delegacias, o que traria mais dignidade a vida destas pessoas, proporcionando seus direitos básicos garantidos em lei.

5. CONCLUSÃO

O direito à moradia com qualidade é um direito universal de todo ser humano, é preciso entender que só se garante o efetivo exercício do direito, se este vier acompanhado com o princípio da dignidade humana, ancorado de ferramentas necessárias para garantir uma boa qualidade de vida aos cidadãos. Portanto a construção de habitação para atender a população de baixa renda e com carência, deve vir acompanhada a um programa completo que inclua educação, saúde, segurança pública, equipamentos de assistência social, espaços de lazer e esporte, dentre outros, e assim contribuir para que as famílias realmente sintam pertencentes àquele novo espaço e ambiente.

Em Macapá, essa política pública habitacional se fortaleceu em 2011, com a inauguração do residencial Mucajá, 592 unidades, em 2013 Mestre Óscar, 582 casas, o São José em 2016 contando com 1440 apartamentos e o maior dos analisados em nossa pesquisa, o residencial Jardim Açucena em 2018, com 1500 unidades. Destes residenciais somente o Mucajá foi construído com recursos do PAC, os outros se enquadraram no Programa Minha Casa Minha Vida.

Em relação ao déficit habitacional em Macapá, é importante salientar que, por mais que tenha havido intervenções de programas habitacionais como o PAC e o PMCMV, segundo os dados do IBGE, ainda é necessário a implantação de novas moradias, pois em números absolutos houve um aumento de pessoas que necessitam desta política. Pelos dados do Ministério Público Estadual, em 2021 são 160 mil amapaenses vivendo em condições insalubres, necessitando de 29 mil moradias, ou seja quase 20% da população do

estado. Foi criado, ao longo de sete anos, 4.114 moradias, é importante, mas pouco próximo ao número de famílias que necessitam do poder público para garantir seus direitos.

Por fim, os dados apresentados revelam a necessidade de ações abrangentes, contínuas e de resultado por parte do poder público para garantir a qualidade de vida aos moradores dos conjuntos habitacionais. As medidas propostas visam não apenas atender às necessidades imediatas da população, mas também promover o desenvolvimento socioeconômico e a inclusão social a longo prazo.

6. REFERÊNCIAS

ANGRIST, Joshua D.; PISCHKE, Jörn-Steffen. Mostly harmless econometrics: an empiricist's companion. 2008. Disponível em: <https://www.dsecoaching.com/pdf/2008%20Angrist%20Pischke%20MostlyHarmlessEconometrics.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BACHTOLD, I. V.; ROBERT, R. R. Etnografia como evidência: contribuições e desafios do uso de estudos etnográficos para análise de políticas sociais brasileiras. In: KOGA, N. M. et al. Políticas públicas e usos de evidências no Brasil: conceitos, métodos, contextos e práticas. Brasília: IPEA, 2022.

BEZERRA, J. M. V.; HELAL, D. Direito à moradia e regularização fundiária: discutindo o Programa Moradia Legal em Pernambuco. Grupo Temático: 16 Administração da Justiça e Desafios de Gestão no Poder Judiciário - IX Encontro Brasileiro de Administração Pública. Sociedade Brasileira de Administração Pública Brasil. Disponível em: <https://sbap.org.br/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. [Constituição Federal (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 fev. 2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de indicadores sociais - uma análise das condições de vida da população brasileira 2020. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica número 43. Rio de Janeiro, 2020a.

BRASIL. Ministério das Cidades. Sobre o Minha Casa, Minha Vida. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/habitacao/programa-minha-casa-minha-vida/sobre-o-minha-casa-minha-vida-1>. Acesso em: 22 dez. 2023.

BRASIL. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post, volume 2. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018b.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2015. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

CAIRNEY, P. The politics of evidence-based policy making. Oxford: Oxford Research Encyclopedia of Politics, 2017.

D'AVILA, D. F. O Brasil na contramão: legislação, jurisprudência e políticas públicas violadoras do direito humano a moradia adequada. Dissertação (mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público. Porto Alegre, 2018.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit habitacional no Brasil: 2016-2019. Belo Horizonte: FJP, 2021.

FURTADO, B. A.; LIMA NETO, V. C.; KRAUSE, C. Estimativas do déficit habitacional brasileiro (2007-2011) por municípios (2010). Nota Técnica, Nº 1. Brasília: IPEA, 2013.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PACHECO, Tainá Souza. Moradia, localização e o programa habitacional "Minha Casa Minha Vida" no município do Rio de Janeiro. Dissertação (mestrado em CMAPG) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Orientador: Ciro Biderman. 2019.

PINHEIRO, M. M. S. Políticas públicas baseadas em evidências: um modelo moderado de análise conceitual e avaliação crítica. In: KOGA, N. M. et al. Políticas públicas e usos de evidências no Brasil: conceitos, métodos, contextos e práticas. Brasília: IPEA, 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SAGUIN, K. Intuition, reasoning and capacity in policymaking: building a cognitive model of knowledge and evidence utilization. In: KOGA, N. M. et al. Políticas públicas e usos de evidências no Brasil: conceitos, métodos, contextos e práticas. Brasília: IPEA, 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

TAKIYAMA, Luis Roberto et al. Zoneamento ecológico econômico urbano das áreas de ressacas de Macapá e Santana, Estado do Amapá. Macapá: IEPA, 2012.

TAVARES, A. P. C. Os impactos dos processos de planejamento urbano através de programas habitacionais no período de 2011 a 2018 na cidade de Macapá. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Regional) – Faculdade de Direito, UNIFAP. Macapá, 2022.

TOSTES, J. A.; TAVARES, A. P. C. Planejamento urbano e a política habitacional em Macapá: a análise do direito à moradia no Conjunto Açucena sob a ótica da nova agenda urbana. Rev. Inter Espaço. Grajaú/MA v. 09, n. especial, p. 01-24, 2023.

UNICEF. Declaração universal dos direitos humanos. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 22 dez. 2023.

WU, Xun et al. Guia de políticas públicas: gerenciando processos. Brasília: Enap, 2014.



idp

SGAS Quadra 607 - Módulo 49
Via L2 Sul, Brasília-DF
CEP: 70200-670

  /sejaidp
 (61) 3535-6565
 idp.edu.br